REVISTA OBSERVATÓRIO PORTUÁRIO

OS IMPACTOS CAUSADOS PELO COVID 19, NAS EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA NO BRASIL

Barbara de Oliveira Ribeiro[1], Daniel Soares da Silva[1], Gleyce dos Santos Barreto [1]
Wagner Pereira Rodrigues [2]

[1] Pós-graduação em Gestão Portuária e Operações Internacionais – Unisanta.
[2] Ortientador Pós-graduação em Gestão Portuária e Operações Internacionais – Unisanta.
E- mail: r.pedrosa@hotmail.com

RESUMO: Os impactos da pandemia de Covid19 são inúmeros e afetaram diversos segmentos da sociedade mundial assim como a economia global. No processo de exportação das commodities brasileiras tais impactos foram amplamente identificados. Neste artigo os autores analisaram os impactos causados pela pandemia Covid-19 no Brasil e seus danos nas exportações de commodities, a tentativa de desaceleração do vírus, medidas protetivas para a população, os prejuízos causados pelo lockdown e a burocracia para a liberação das vacinas no Brasil.

Palavras chaves: Pandemia, Covid-19, exportação, PIB, lockdown.

THE IMPACTS CAUSED BY COVID 19 ON COMMODITIES EXPORTS DURING THE PANDEMIC PERIOD IN BRAZIL

ABSTRACT: The impacts of the Covid19 pandemic are numerous and have affected various segments of world society as well as the global economy. In the process of exporting Brazilian commodities such impacts were widely identified. The Covid-19 pandemic in Brazil and its damage to commodity exports, the attempt to decelerate the virus, protective measures for the population, the damage caused by the lockdown and the bureaucracy for the release of vaccines in Brazil.

Keywords: Pandemic, Covid-19, export, lockdown.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia COVID-19 expôs o Brasil a um desafio econômico e de saúde sem precedentes. Para conter a pandemia, o Brasil implementou medidas sociais para desacelerar a disseminação do vírus e conter seu impacto na capacidade do sistema de saúde, que é desigual em todo o país (MOTA, 2021).

O COVID-19 bateu enquanto o Brasil ainda estava se recuperando da recessão de 2014-2016. A recuperação econômica permaneceu fraca e o espaço para política fiscal limitado desde o pico da recessão em 2015-2016, com o crescimento do PIB abaixo de 2% nos anos seguintes.

pandemia e a resposta da política de saúde se resultaram em um declínio acentuado na demanda externa e interna, ao mesmo tempo em que restringiu a oferta. Trouxe incertezas ao A enquadramento da política macroeconómica, especialmente na área orçamental, que se traduzem em riscos de baixa, exigindo uma forte consolidação orçamental e a adoção de reformas estruturais em 2021, assim que for controlada a propagação da doença (MOTA, 2021).

Em termos econômicos, a disseminação da covid-19 afetou a exportações de commodities do Brasil. Diante disso, esta pesquisa tem o objetivo de avaliar os impactos causados pela covid-19 nas exportações de commodities durante a pandemia no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

As mortes e infecções por COVID-19 atingiram níveis recordes no Brasil, levando a uma crise humanitária e grandes impactos na economia. Em março de 2020, o Brasil registrou o maior número de mortes por COVID-19 no mundo, de acordo com o site Our World in Data. A Fundação de Pesquisa em Saúde Fiocruz constatou que as

unidades de terapia intensiva na maioria das capitais chegaram ao seu limite, desencadeando o maior colapso sanitário e hospitalar da história do país. O cenário obrigou grandes cidades e estados a adotarem medidas de distanciamento social, como o fechamento de bares, restaurantes e shoppings. Mas as medidas lançaram dúvidas sobre uma rápida recuperação econômica. São Paulo e Rio de Janeiro anteciparam certos feriados para reduzir a circulação de pessoas.

Montadoras como Volkswagen, Volvo e Scania suspenderam a produção temporariamente devido à instabilidade da cadeia de suprimentos, afetando principalmente os semicondutores, e para evitar infecções na força de trabalho. O setor financeiro manteve-se resiliente e a carteira de crédito até se expandiu. A taxa de empréstimos inadimplentes permaneceu sob controle, embora as perspectivas econômicas turvas representassem um risco.

A estatal petrolífera Petrobras reduziu temporariamente a produção no campo de Marlin Sul, na bacia de Campos, em meio a um surto de coronavírus a bordo de um navio flutuante de armazenamento e descarga, de acordo com um porta-voz. A federação dos petroleiros (FUP) exigiu severas medidas preventivas para conter a pandemia nas instalações. Em uma única semana foram registrados 83 novos casos em plataformas de petróleo offshore, segundo dados do órgão regulador ANP citados pela FUP. Enquanto o estado de São Paulo planeja leiloar a concessão das linhas de trens urbanos nº 8 e nº 9, que devem gerar investimentos de R$ 3,2 bilhões (US $ 584 milhões), em 20 de abril, a pandemia pode levar a complicações.

A pandemia interrompeu a atividade econômica e agravou os problemas sociais em muitos países. No Brasil, seu impacto foi especialmente severo. “O nível de emprego, definido como o número de pessoas ocupadas dividido pela população em idade ativa, caiu para menos de 50% em abril de 2020. Permaneceu baixo até julho, quando atingiu o mínimo de 47%. Isso significa que mais da metade da população em idade produtiva estava desempregada (MOTA, 2021).

A pandemia Covid-19 agravou a crise de fome em curso no Brasil, de acordo com um estudo recente. A escassa assistência social significa que cerca de 60 % da população Brasileira (cerca de 125 milhões de pessoas), não consegue receber três refeições quadradas por dia. Este é um grande salto de 35% que estavam com insegurança alimentar em 2004 e representa uma grande reversão dos ganhos obtidos

em 2014, quando a ONU removeu o Brasil do Mapa Mundial da Fome (SILVA; LIMA, 2021).

De acordo com pesquisa publicada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Alimentos, Soberania Nutricional e Segurança em abril, a qualidade das refeições caiu drasticamente para seis em cada dez famílias. Menos pessoas podem comprar alimentos de qualidade e o consumo de frutas diminuiu 40% e os vegetais 36% (MOTA, 2021).

As projeções de mercado, em boletins periódicos do Banco Central do Brasil, são menos pessimistas do que algumas divulgadas por agentes internacionais. No início deste mês, o Fundo Monetário Internacional projetou uma redução da atividade econômica brasileira em 9,1 % neste ano, enquanto o Banco Mundial projeta uma retração de 8 %. O Banco Central do Brasil, porém, vê retração de 6,4% na economia este ano (MOTA, 2021).

De qualquer forma, a expressiva retração da atividade econômica atinge o país em um ano em que se esperava uma retomada mais robusta da economia. No início de 2020, quando a nova pandemia de coronavírus estava concentrada na China e não estava claro quando e como ela poderia chegar ao Brasil, os especialistas estimavam um crescimento econômico anual em torno de 2,3% (SILVA; LIMA, 2021).

Em março de 2021, o Brasil atingiu seu pico mais alto na pandemia COVID-19, em nítido contraste com outras partes da tendência mundial de queda. O Brasil possui o segundo maior número mundial de casos confirmados de COVID-19 (12,7 milhões) e óbitos (321.000, ou seja, 149 por 100.000 pessoas). Uma combinação de fatores explica a situação. Uma nova e mais contagiosa variante do COVID-19 foi descoberta em Manaus no início de 2021 (MOTA, 2021).

O sistema de saúde não estava preparado para lidar com um grande volume de casos: até o final de março de 2021, a maioria dos estados registrou mais de 90% da taxa de ocupação da UTI, com escassez de suprimentos essenciais, como oxigênio e sedativos (necessários para administrar oxigênio), refletindo desafios de planejamento e questões de coordenação entre os níveis federal e subnacional.

Os esforços de vacinação continuam, embora em ritmo lento, e 16,9 milhões de pessoas (7,9 % da população) receberam sua primeira dose até agora. O Brasil obteve vacinas da Coronavac e AstraZeneca/Oxford (principalmente produzidas localmente) e

recentemente comprou 100 milhões de doses da Pfizer e 10 milhões de doses do Sputnik V (MOTA, 2021).

A pandemia COVID-19 também está colocando em risco anos de progresso na redução da pobreza e no acúmulo de capital humano. Enquanto a taxa de pobreza caiu temporariamente para 21 % em 2020 (de 29 % em 2019) graças a generosas transferências sociais de emergência (Auxílio Emergencial) para 66 milhões de pessoas e à expansão do programa Bolsa Família de Transferência Condicional de Dinheiro (CCT), mas é esperado voltar a subir este ano com o fim da assistência temporária e a fraca recuperação do mercado de trabalho devido à segunda vaga da pandemia (MOTA, 2021).

Além disso, o Brasil está entre os países da LCR que sofreram o período mais longo de fechamentos de escolas públicas até o momento, o que deve aumentar a pobreza de aprendizagem de 48 % para 70 % e afetar desproporcionalmente os pobres (a aprendizagem remota beneficiou menos de 50 % dos alunos em regiões menos desenvolvidas, contra 92 % nas partes mais ricas do país).

Como resultado, espera-se que o impacto do COVID-19 reverta uma década de melhoria constante no Índice de Capital Humano (que aumentou de 0,52 para 0,58 entre 2007 e 2019) e exige fortes políticas de aceleração corretiva (SILVA; LIMA, 2021).

Encontrar o equilíbrio certo entre a proteção dos pobres e a garantia de finanças públicas sustentáveis, inclusive nos níveis subnacionais, será um desafio político fundamental em 2021. Apoiar a transição para um modelo de crescimento mais verde e resiliente também continua sendo um desafio importante.

O Brasil abriga mais de 60 % da floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo e tem uma alta participação de energias renováveis em sua matriz energética, mas a alta exposição aos riscos climáticos e ao desmatamento exigem uma forte agenda de reformas para enfrentar esses desafios (SILVA; LIMA, 2021).

Devido ao aumento nas emissões de desmatamento, o Brasil não está no caminho para cumprir suas metas NDC (uma redução das emissões de GEE de 37% até 2025 e 43% até 2030, em relação a 2005) e ainda não desenvolveu uma estratégia nacional integrada de longo prazo para atingir seus objetivos climáticos. Reformas recentes no setor de infraestrutura, juntamente com o renovado interesse do governo pela agenda climática (MOTA, 2021).

A taxa oficial de desemprego em maio foi de 10,1%, um pouco menor do que em

janeiro e fevereiro. No entanto, se levarmos em conta também o contingente de pessoas que não conseguiram procurar emprego especificamente por conta da pandemia (e das políticas de distanciamento social), esse número sobe para 25,4%. Se não houvesse nenhum auxílio governamental, a renda domiciliar per capita teria caído R$ 66 (5,0%) e a taxa de pobreza teria aumentado de 18,7 para 21,9% da população (MOTA, 2021).

O Programa de Renda Básica de Emergência (EBI) amenizou o impacto sobre a renda média dos trabalhadores informais e das famílias mais pobres. Trata-se de uma transferência monetária incondicional de R$ 600, inicialmente por 3 meses, instituída pela Lei Federal nº 13.982/2020. No entanto, as situações de pobreza envolvem uma multiplicidade de dimensões não totalmente captadas apenas pela renda: más condições de moradia, falta de acesso aos serviços públicos, maior exposição à violência e ao crime, empregos precários (SILVA; LIMA, 2021).

Essas dimensões não são abordadas por um curto prazo. E o dinheiro recebido certamente não compensa as mortes do COVID-19, maior entre os mais pobres. Em outras palavras, as taxas de pobreza, medidas como insuficiência de renda, tornam- se menos correlacionadas e uma proxy inadequada para a pobreza multidimensional real (SILVA; LIMA, 2021).

Embora a EBI seja uma medida essencial, ela deixa de fora grande parte da população localizada no “meio” da distribuição de renda. Alguns desses indivíduos estão constantemente transitando entre a formalidade e a informalidade, entrando e saindo da pobreza: qualquer fotografia estática os colocaria categoricamente de um lado ou de outro.

Outro grupo é a categoria que chamamos de “novos vulneráveis”, trabalhadores formais que, em condições usuais (ou mesmo em crises), não estariam em risco, mas foram duramente atingidos por desacelerações econômicas e/ou acordos de redução de salários (SILVA; LIMA, 2021).

Como resultado, é possível que essa classe média desprotegida tenha sofrido perdas sem qualquer compensação. Uma possível consequência contra-intuitiva pode ser a redução da desigualdade de renda: a classe média afetada economicamente torna-se mais semelhante aos estratos mais pobres. Já vimos isso acontecer no Brasil, no início da década de 1990, embora em menor escala. A desigualdade sempre foi um problema sério, mas sua solução não pode ser direcionada para a “igualdade na pobreza” (SILVA; LIMA, 2021).

O Brasil passou por sua crise econômica mais profunda na memória recente no primeiro semestre de 2020. E embora a economia tenha testemunhado uma espécie de recuperação no segundo semestre, as cicatrizes da pandemia ainda são profundas. Um aumento no número de novos casos COVID-19 este ano voltou a azedar o sentimento e pesou sobre a atividade econômica.

3. METODOLOGIA

3.1 Materiais e métodos

Na elaboração deste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas em sites governamentais e artigos científicos para abordar o assunto. Os Impactos Causados pelo Covid 19 nas exportações de Commodities Durante o Período da Pandemia no Brasil.

3.1. OS IMPACTOS CAUSADOS PELO COVID-19 NAS EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES

Enquanto Brasil, Rússia, Índia e México registram a rápida disseminação do contágio de Covid-19, a terceira onda da pandemia atingiu o mundo emergente. Como resultado, o sentimento empresarial diminuiu em março e abril na região. Além do mais, à medida que as economias emergentes mudam gradualmente para restrições de mobilidade mais rígidas, a falta de mobilidade deve pesar sobre as perspectivas econômicas. Na verdade, o Fundo Monetário Internacional (FMI) espera que o mundo emergente entre em uma recessão de -1 % em 2020, o que poderia ser pior do que o rescaldo da crise financeira global em 2008 (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Além da pandemia, o mercado emergente está particularmente frágil, pois mais dois choques estão atingindo a região. O primeiro é o colapso dos preços globais do petróleo, reduzindo agressivamente as receitas externas e fiscais dos exportadores de petróleo emergentes.

Como se isso não bastasse, a rápida disseminação da Covid-19 trouxe um aumento repentino na aversão ao risco global e elevou os custos de financiamento de

mercados emergentes, dada sua dependência de financiamento externo e a incapacidade de emitir moeda forte. Entre as economias emergentes, a região da América Latina é muito mais frágil, devido ao rápido aumento dos níveis de dívida e à alta dependência de commodities, bem como de financiamento externo (MOTA, 2021).

À medida que os riscos nos mercados emergentes aumentam, a saída de capital das economias emergentes não tem precedentes. Além disso, as exportações - especialmente as exportações de commodities - entraram em colapso e a receita do turismo internacional despencou devido às proibições de viagens. Diante desse cenário, o FMI estima que a necessidade total de financiamento bruto dos mercados emergentes pode chegar a US$ 2,5 trilhões (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

A maneira mais imediata de as economias emergentes se protegerem do choque de financiamento externo é por meio de políticas internas, tanto monetárias quanto fiscais. Infelizmente, o espaço fiscal tende a ser limitado. Quanto à política monetária, a indexação da moeda ao dólar para alguns países e moedas mais fracas à luz da saída maciça de capital para outros também limitaram o espaço de política. O atalho óbvio é introduzir controles de capital; no entanto, tais medidas correm o risco de afastar os investidores imediatamente, com sérias consequências para a liquidez do dólar e, posteriormente, para o crescimento.

Como tal, é necessário procurar outras ferramentas para lidar com o impacto da Covid-19 no financiamento em dólares, mas elas também dificilmente são adequadas. A primeira linha de defesa são as reservas cambiais domésticas, mas esse autosseguro tende a se concentrar apenas na Ásia e no Oriente Médio, e poucas economias podem afirmar com segurança que suas reservas são suficientes (MOTA, 2021).

Outra ferramenta reside nos esquemas de seguro regional, que novamente tendem a se concentrar na Ásia, com um conjunto de linhas de swap bilaterais desde a crise financeira asiática de 1997 que tem sido cada vez mais multilateralizada na chamada Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai. Por outro lado, outros mecanismos regionais de seguro foram em grande parte descontinuados depois que a crise para a qual foram criados passou, deixando regiões problemáticas como a América Latina desprotegidas (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Além dos dispositivos de seguro próprio e regional, o Federal Reserve dos EUA expandiu suas linhas de swap bilaterais existentes com um grupo selecionado de bancos centrais. No entanto, apenas dois dos bancos centrais estão em economias emergentes,

Brasil e México, com dois casos adicionais dependendo de como os mercados emergentes são definidos, a saber, Coréia do Sul e Cingapura.

Para tanto, parece claro que o Federal Reserve não se tornará um credor de último recurso do mundo emergente. No entanto, o melhor candidato para desempenhar esse papel - o FMI - sofre de falta de recursos, levando a um risco significativo quando as economias emergentes menores, mas mais pobres, não podem acessar o financiamento do FMI em um momento em que sua dívida está aumentando (MOTA, 2021).

Além dos impactos de curto prazo sobre a sustentabilidade fiscal e o acesso ao dólar, a Covid-19 também terá várias consequências estruturais importantes nas economias emergentes. Em primeiro lugar, as interrupções no fornecimento questionaram o modelo da cadeia de fornecimento global e sua dependência excessiva da China (MOTA, 2021).

Na última década, o mundo se tornou mais dependente das exportações intermediárias da China, mas a integração vertical da China reduziu sua dependência de insumos estrangeiros, o que significa que o mundo está ainda mais exposto à China. À luz do risco de concentração significativo, governos como o Japão e os Estados Unidos estão começando a aconselhar suas empresas a exportar ou aproximar sua produção da China. É concebível que a distância à produção seja encurtada e que a parte mais importante da produção, numa base estratégica (MOTA, 2021).

A pandemia COVID-19 alterou a vida de inúmeras maneiras em muitos países em todo o mundo. Está claro que o vírus continuará a ter impactos profundos na maioria dos setores de nossa economia, e a agricultura de commodities não é exceção. Desde a pandemia de COVID-19, a demanda por petróleo caiu vertiginosamente devido a uma redução repentina na produção industrial, comércio, viagens e movimentação de carga. Como resultado, os preços caíram dramaticamente (MOTA, 2021).

À medida que o COVID-19 começou a se espalhar para fora da China, as reações dos consumidores aos bloqueios em todo o mundo foram acumular alimentos básicos como massas e farinha. Prateleiras vazias levaram alguns a se preocupar com a segurança alimentar e vários países consideraram, e alguns implementaram, proibições de exportação de commodities alimentares básicas.

Os bloqueios reduzem muito a atividade econômica em geral, e o PIB global deve caiu 4% em 2020. Como isso se traduz em fluxos de comércio de commodities agrícolas é difícil de prever, mas as primeiras previsões sugerem que o valor comercial real dos

produtos agrícolas canadenses pode cair de 12% a 20% (MOTA, 2021).

Esta análise destaca como grãos versus carnes têm sido vulneráveis a interrupções no comércio devido à pandemia do coronavírus. As exportações de carne bovina e suína foram particularmente afetadas por uma onda de paralisações de instalações de processamento na esteira dos surtos de COVID-19 entre os trabalhadores (MOTA, 2021).

As exportações de aves experimentaram declínios em relação a seus picos, mas permanecem fortes, embora as instalações de processamento de aves também tenham enfrentado problemas com surtos e paralisações. No caso da carne suína, isso provavelmente se deve à demanda recorde de exportação para a China, após uma crise devastadora com a peste suína africana que reduziu seu rebanho quase pela metade (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Ao mesmo tempo, as tendências de 2020 nas exportações de grãos e oleaginosas aparentemente não foram afetadas pela pandemia. Por enquanto, as paralisações na capacidade de processamento de carne parecem estar conduzindo as diferenças entre os impactos e não as preocupações sobre o vírus ser transmitido por meio de carne contaminada ou outros problemas. Recentemente, porém, frigoríficos brasileiros assinaram declarações, a pedido da China, de que suas exportações não contêm o novo coronavírus. Isso sugere que a carne contaminada, seja real ou percebida, pode ter um impacto nas exportações de carne para a China no futuro (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

O Brasil sofreu uma rápida disseminação do vírus e estão em primeiro e terceiro lugar em termos de casos totais no mundo até o momento. Uma vez que a soja e o milho são colhidos uma vez por ano, e a soja e o milho brasileiros para a safra de 2019-2020 foram colhidos antes de a pandemia atingir o país, não houve interrupções na produção relacionadas à pandemia (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Os meses de abril e maio foram particularmente perturbadores para a produção de carne, uma vez que os surtos do vírus em instalações de processamento de carne ociosos uma porção significativa da capacidade de abate, o que causou um aumento sem precedentes na distribuição entre os preços da carne no atacado e do gado (MOTA, 2021).

O processamento de carne suína no Brasil experimentou uma magnitude

semelhante de redução na produção, mas as baixas ocorreram em maio, e não em abril de 2020. A produção de carne suína caiu 18% em abril e 19% em maio de 2020 em comparação com a média de janeiro, fevereiro e níveis de produção de março de 2020.

A produção de aves sofreu uma interrupção mais moderada, com a produção de abril caindo 5% e a produção de maio 6% em relação à média dos níveis de produção de janeiro, fevereiro e março de 2020. Embora modestamente abaixo da média de três meses anteriores, a produção de abril e maio ainda estava dentro da faixa normal e, na verdade, maior do que a produção em fevereiro de 2020. Essa redução na produção representou porções significativas da capacidade de abate de carne bovina e suína (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

No caso da carne bovina e suína (e em menor grau também das aves), o efeito da escassez temporária causada pelo fechamento de unidades de processamento de carnes parece ser evidente. De janeiro a março, tanto os EUA quanto o Brasil exportaram carne bovina no topo da faixa no período considerado. As exportações brasileiras de carne bovina cresceram cerca de 65 milhões de reais entre março e maio, um aumento de 19% (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

As exportações de carne suína contam uma história muito semelhante, mas podemos ver que as exportações tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil registraram níveis recordes. No caso dos EUA, a redução das exportações de carne suína entre março e maio foi de 84 milhões de libras. ou cerca de uma redução de 14%. Mesmo com essa redução de março a maio, o número de exportações de carne suína em maio de 2020 foi o maior em nossa amostra. O Brasil aumentou as exportações de carne suína entre março e maio em 60,5 milhões de libras. ou 30% (MOTA, 2021).

As exportações de aves entre março e maio caíram 100 milhões de libras, ou cerca de 16%. As exportações de aves também vinham tendendo perto do topo da faixa de janeiro a março, antes de sofrer uma queda significativa em abril e maio. Não é tão convincente afirmar que as quedas de março a maio foram causadas pelas paralisações da COVID-19 como no caso da carne bovina e suína: as variações percentuais de março a maio não são tão grandes quanto na carne bovina e suína, as exportações de maio sim não caíram em relação aos níveis de abril (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Parece que as perspectivas de exportação de grãos e sementes oleaginosas não foram afetadas, mas os efeitos das paralisações das instalações de processamento de carne bovina e suína foram significativos. À medida que a propagação viral continua,

manter os surtos fora das instalações de processamento de carne será a chave para minimizar as interrupções na produção e nos embarques de exportação tanto para os EUA quanto para o Brasil (MOTA, 2021).

Tanto os EUA quanto o Brasil continuaram a ver um grande número de novos casos COVID-19 durante o verão e outono de 2020, mas não houve surtos em unidades de processamento de carnes na escala do que aconteceu em abril e maio de 2020.

Esperançosamente, isso significa que as instalações em ambos os países aprenderam como tornar o ambiente mais seguro para os trabalhadores se protegerem da exposição, o que isolaria a indústria e protegeria os trabalhadores se o vírus continuar a se espalhar pela população por algum tempo (MOTA, 2021).

A duração e a duração da recessão induzida pelo COVID-19 é outro fator de risco de médio prazo para as exportações de commodities, especialmente carnes. O FMI projeta -4,9% no produto interno bruto (PIB) global para 2020. A demanda global por carnes seria particularmente prejudicada por pressões recessivas prolongadas, em comparação com milho e soja. A experiência anterior da Grande Recessão mostrou que as quantidades de carnes consumidas durante a Grande Recessão geralmente se mantiveram estáveis em comparação aos níveis de pré-recessão, mas provavelmente por causa dos preços baixos.

O maior curinga é a possibilidade de as exportações de grãos e oleaginosas sofrerem interrupções. Até o momento, os mercados de grãos e oleaginosas não foram afetados pelo vírus, uma vez que nenhum elemento da cadeia de abastecimento exige muita mão-de-obra ou exige muitos trabalhadores próximos. Portanto, não vimos nenhuma grande interrupção nas exportações de grãos ou sementes oleaginosas devido ao COVID-19 (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Há potencial para a instabilidade política causada pela COVID-19 para impactar as exportações de grãos e oleaginosas, no entanto. Os países implementaram ou ameaçaram implementar proibições de exportação de produtos básicos como trigo e soja nos primeiros dias da pandemia (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Além disso, se os surtos do vírus não forem controlados, seria possível imaginar alguns países implementando proibições de importação de commodities de países onde o vírus está aumentando. Mesmo que não seja possível que o vírus seja transmitido da mercadoria física real, a tripulação dos navios de carga pode ser percebida como uma ameaça (MOTA, 2021).

Dado o recente pedido da China para que os frigoríficos brasileiros assinem uma declaração de que seus carregamentos estão livres de vírus, esse tipo de proibição de importação parece estar em cima da mesa. Esse tipo de proibição pode afetar todas as commodities, não apenas os produtos à base de carne (MOTA, 2021).

Os embarques de exportação de grãos, sementes oleaginosas e aves não foram afetados, mas os embarques de carne bovina e suína sofreram O melhor cenário para todos os aspectos da economia, incluindo as exportações de commodities, é a contenção rápida e duradoura da COVID-19 (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Essa análise vem com muitas limitações. COVID-19 é uma interrupção da vida diária não vista desde a pandemia de influenza de 1918/1919. As previsões diferenciadas do que acontecerá com mercados específicos não são práticas, os tamanhos das amostras sendo muito pequenos e a falta de casos anteriores para informar as previsões e os intervalos de confiança limitam nossa capacidade de analisar a situação com ferramentas estatísticas típicas (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

No entanto, estamos no meio desta pandemia há tempo suficiente para aprender algumas coisas. Já avançamos o suficiente na pandemia para saber que ela e seus remédios necessários causam um tremendo dano à economia. As cadeias de abastecimento de carne são especialmente vulneráveis e as interrupções na capacidade de processamento prejudicam os agricultores, processadores, consumidores e nossos parceiros comerciais. O comércio livre robusto ajudará países em todo o mundo a lidar com a escassez temporária causada por surtos do vírus onde quer que ocorram em seus sistemas alimentares.

A pandemia foi o evento econômico definidor de 2020, ofuscando as influências usuais nos mercados de câmbio, como a política monetária e fiscal. Normalmente, as moedas dos principais exportadores de commodities, como Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Nova Zelândia, Rússia e África do Sul, seguem índices ponderados para refletir a importância econômica de suas várias exportações de matérias-primas (MOTA, 2021).

Até agora, em 2020, algumas dessas moedas, notadamente os dólares australianos e neozelandeses (AUD e NZD, respectivamente), continuaram acompanhando de perto seus índices de commodities. Outras moedas, como o real brasileiro (BRL), o peso chileno (CHL) e o rand sul-africano (ZAR), tiveram um desempenho nitidamente inferior aos seus respectivos índices de commodities. Moedas

como o dólar canadense (CAD), o rublo russo (RUB) e o peso colombiano (COP) se enquadram em uma categoria intermediária (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

O principal determinante para saber se uma moeda manteve o ritmo de seu índice de commodities parece ser a taxa de infecções COVID-19. A pandemia atingiu países em épocas diferentes e com taxas de mortalidade muito variadas. Quanto maior o número de mortes per capita, maior a probabilidade de a moeda ter apresentado desempenho inferior ao de seu respectivo índice de commodities em uma base ajustada ao risco (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Em meio a um dos piores surtos de COVID-19 no mundo, as mineradoras brasileiras tiveram que cortar a produção de minério de ferro e outras matérias-primas. Isso ajudou a elevar os preços do minério de ferro em todo o mundo e, ao mesmo tempo, exercer pressão de baixa sobre as receitas de mineração e o real. Até março, o BRL e o índice de commodities ponderado pelo Brasil haviam se movido em sincronia. Desde a pandemia, como resultado desses fechamentos de mineração, bem como do impacto da COVID-19 em outros setores da economia brasileira, como o turismo, o BRL teve um desempenho significativamente inferior aos preços das commodities (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

O choque COVID-19 resultou em uma aceleração de saídas de portfólio. Investimentos de portfólio no Brasil começaram a registrar saídas líquidas em agosto de 2019, totalizando US$ 22,6 bilhões por dezembro. Taxas de juros mais baixas no Brasil, que reduziu os diferenciais de taxa de juros que tinham há muito alimentou o carry trade, provavelmente contribuiu para isso. As saídas continuaram em janeiro e fevereiro, mas foram especialmente fortes em março (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021). Isso impactou as economias em todo o mundo, e baixou os preços de alguns commodities. Fluxos de saída cumulativos durante a crise (fevereiro a maio, conforme monitorado pelo Instituto de Finanças Internacionais) chega a US$ 30 bilhões. No entanto, em maio, a situação da rede total de fluxos de câmbio (incluindo IED e outros investimentos) foi evertida (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Como resultado, a moeda se valorizou na segunda quinzena de maio e início de junho, em linha com outros mercados emergentes. Enquanto a pandemia global e crise econômica se desdobraram, percepções de risco, especialmente para emergentes mercados, aumentaram significativamente. Em meados de maio 2020, os swaps de crédito do Brasil aumentaram para 348 pontos básicos, entre os níveis mais altos da LAC.

No entanto, em 5 de junho, com riscos no recuo, o spread do CDS do Brasil caiu para 209 pontos base (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Apesar do choque do preço do petróleo, os termos gerais de troca do Brasil pouco afetado. Enquanto o petróleo do Brasil a produção aumentou nos últimos anos e o país é agora um exportador líquido de petróleo bruto, é importador de petróleo refinado e outros produtos derivados do petróleo (produtos petroquímicos e produtos químicos orgânicos, como fertilizantes) (MOTA, 2021).

Os termos de troca agregados do Brasil não foram significativamente afetados até agora, dada a sua exposição ao petróleo bastante equilibrada e diversificação de commodities, com produtos alimentícios jogando um papel importante e com melhor desempenho nesta crise.

Em abril de 2020, o índice de termos de troca (publicado pela FUNCEX) subia 3,2 % em relação ao nível médio de 2019. Exportações de soja (a segunda maior commodity de exportação do Brasil depois de minério de ferro) se beneficiaram com a continuação global demanda e reabastecimento na China. Outras commodities agrícolas exportadas pelo Brasil, como milho, café e suco de laranja, também viram desenvolvimentos favoráveis (MOTA, 2021).

Tabela 1 - Efeitos de equilíbrio geral em Exportações e Importações: FX e choque de demanda

Exportações (aumento)	**Importações (queda)**
Manufatura	Serviços de transporte
Têxteis	Têxteis
Carne bovina	Carne bovina
Café	Frutas cítricas
Frutas cítricas	Óleo
Gasolina	
Soja	
Óleo	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Em princípio, a depreciação real dos benefícios da moeda brasileira exportadores e prejudica importadores. No um modelo de equilíbrio geral computável, as mudanças nos preços relativos causados pela demanda e choques do petróleo resultam em um real de 7,6 % depreciação da moeda brasileira em 2020. Isso dá suporte a setores comercializáveis, como commodities agrícolas e manufatureiras. Como o Brasil é uma economia relativamente diversificada, a depreciação da taxa de câmbio não é suficiente (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

para manter o petróleo brasileiro competitivo, resultando em um declínio nas exportações de petróleo e um aumento nas importações. Do lado da importação, como seria de se esperar de viagens reduzidas, comércio de serviços de transporte é afetado, assim como alguns subsetores agrícolas, como horticultura e carne (dado o declínio da renda global). No entanto, se estes os resultados modelados serão traduzidos no mundo real os resultados dependem de muitos outros fatores, incluindo movimentos reais da taxa de câmbio, expectativas sobre a persistência dos efeitos, mudanças nas preferências de demanda do consumidor e confiança e possíveis interrupções no fornecimento (MOTA, 2021).

Embora a incerteza persista em torno da possível trajetória do novo coronavírus (2019-nCoV) e seu efeito na China e na economia global, já há evidências de um impacto nos mercados financeiros de mercados emergentes e nas commodities. Se a experiência passada servir de guia, isso será transmitido rapidamente para a América Latina e, em particular, para os grandes exportadores de commodities da América do Sul (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

A Economist Intelligence Unit acredita que a queda nos preços das principais commodities para a região, como petróleo e cobre, será transitória, e alguma recuperação com base em nosso cenário de linha de base provisória para a propagação do coronavírus na China seria esperada no segundo semestre de 2020 (MOTA, 2021).

Mesmo este cenário levanta questões sobre quanto espaço de política a América Latina tem para apoiar o crescimento em face da demanda mais fraca da China e preços de commodities mais fracos no curto prazo. A maioria das economias latino-americanas está em modo de flexibilização monetária, mas, olhando para o futuro, o enfraquecimento da moeda complicará a política; o espaço para estímulos fiscais será ainda mais limitado, com algumas exceções (MOTA, 2021).

Por enquanto, as revisões para baixo em nossas projeções de crescimento do PIB devem se limitar aos países mais expostos aos preços das commodities e à demanda da China, incluindo Chile e Peru. No entanto, os riscos de queda substanciais para outras grandes economias da região, incluindo Brasil, Argentina e Colômbia, são claros (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Terceiro atrás apenas dos EUA e da Índia em infecções confirmadas e perdendo apenas para os EUA em termos de mortalidade Covid-19, o Brasil é a nação latino-americana mais atingida pela pandemia em números absolutos, com mais de 19 milhões de casos e 533.000 mortes relacionadas ao coronavírus. O Brasil ainda está lutando para manter a pandemia, e em particular a variante P1 mais contagiosa, que começou a se espalhar em Manaus, sob controle.

O crescimento contínuo de três anos da economia brasileira terminou em 2020, com o PIB caindo 4,1%, a maior queda anual desde 1990. Os setores de serviços e indústria que englobam restaurantes, academias, hotéis, logística, construção e indústria, juntos respondem para 81% da economia do país. Todos esses setores encolheram em 2020, deixando a agricultura, com a produção de soja e café em particular, o único setor a crescer no ano passado (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

A parceria de sucesso entre o Instituto Butantan - divisão do Governo do Estado de São Paulo que abastece a rede pública de saúde brasileira com 90% do antiveneno e 65% de todas as vacinas distribuídas no país - e a fabricante chinesa de vacinas Sinovac Biotech, no entanto, ajudou o país a aumentar sua campanha de vacinação. As vacinas Oxford / AstraZeneca também são lançadas desde meados de janeiro de 2021, fabricadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vinculada ao Ministério da Saúde do Rio de Janeiro e outras vacinas - notadamente Pfizer / BioNTech , Janssen e Covishield – seguiram (MOTA, 2021).

As campanhas de vacinação estão se acelerando e uma nova campanha de conscientização nacional reforça a importância de medidas preventivas como distanciamento social, uso de máscara e vacinação. Até 12 de julho de 2021, mais de 113 milhões de doses foram administradas, mais de 83 milhões de pessoas ou 39% da população tendo recebido sua primeira dose e mais de 30 milhões de pessoas ou 14% da população totalmente inoculada (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021).

Taxas de juros generosas e uma política fiscal expansionista têm sido empregadas para enfrentar a “calamidade pública”. A expansão vale o equivalente a 12%

do PIB do país em 2020 e é uma das maiores entre as economias emergentes e do G20. Prevê-se um crescimento econômico de mais de 3% para 2021 e 2022, em meio à crescente pressão sobre a inflação, aumento das taxas de juros e depreciação da moeda (MOTA, 2021).

Essa reorganização das cadeias de valor globais pode ser oportunista para os mercados emergentes. Além do nearshoring para a ASEAN, com o Vietnã como o principal vencedor até agora, pode-se pensar no nearshoring para o México para os EUA e Canadá e para a Europa Oriental para a Europa do Norte e Central. Na Ásia, é provável que a Índia também capture parte da mão-de-obra intensiva da China. Para manufatura de média tecnologia e capital intensivo, a Tailândia está melhor posicionada graças ao melhor ambiente de negócios em geral e infraestrutura, com a Malásia também forte na competição.

Outra mudança importante será a redução da mobilidade de pessoa para pessoa com grande impacto em alguns setores, como companhias aéreas e turismo, devido a controles mais rígidos nas fronteiras e restrições de mobilidade. Isso afetará as economias emergentes que dependem fortemente do turismo para obter fontes de renda e crescimento, como a Tailândia e as Filipinas.

Finalmente, a competição estratégica entre os EUA e a China só aumentará como consequência da Covid-19. Das disputas de comércio e tecnologia, estamos avançando para novas áreas de confronto, da disputa diplomática envolvendo o papel da Organização Mundial da Saúde na propagação da pandemia, bem como da China, à crescente dissociação de investimento e finanças (MOTA, 2021).

Com base nisso, as chances de coordenação de política global tendem a ser baixas, o que torna a luta contra a Covid-19 menos eficaz. Além disso, um número crescente de países será forçado a tomar partido em um mundo que se desvincula e caminha para uma nova forma de Guerra Fria.

4. CONCLUSÃO

A pandemia é apenas a mais recente em uma longa história de choques nos mercados de commodities. Embora as commodities metálicas e agrícolas tenham recuperado suas perdas com a pandemia de COVID-19 e devam ter ganhos modestos em

2021, os preços da energia, apesar de alguma recuperação, devem se estabilizar abaixo dos níveis pré-pandêmicos no próximo ano, disse o Banco Mundial.

Os preços do petróleo caíram drasticamente nos estágios iniciais da COVID-19 e recuperaram apenas parcialmente os níveis de preços pré-pandêmicos, enquanto os preços dos metais caíram relativamente modestamente e voltaram aos níveis anteriores ao choque. Os preços da agricultura não foram afetados pela pandemia, mas o número de pessoas em risco de insegurança alimentar aumentou como resultado dos efeitos mais amplos da recessão global.

Quando as quedas nos preços das commodities são de curta duração, o estímulo da política pode amortecer seu impacto. No entanto, quando os preços permanecem deprimidos por um longo período, os formuladores de políticas precisam encontrar soluções para que suas economias possam se ajustar suavemente a um novo normal.

Por causa do COVID- 19, o novo normal para as economias emergentes e em desenvolvimento exportadoras de petróleo chegou mais cedo. No mundo pós-Covid, o Brasil precisa ser mais agressivo na implementação de políticas para reduzir sua dependência das receitas do petróleo.

Os preços dos metais devem registrar aumentos modestos em 2021, depois de cair em 2020, apoiados pela recuperação em curso na economia global e pelo estímulo contínuo da China. Um período prolongado de fraco crescimento global levaria a preços mais baixos do que o previsto.

Os preços agrícolas deverão aumentar ligeiramente em 2021, após um aumento estimado de 3% em 2020, após alguma queda na produção de óleo comestível. As preocupações com a insegurança alimentar permanecem relevantes em vários mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Essas preocupações são motivadas por impactos da recessão global nas receitas, gargalos na disponibilidade de alimentos em nível local e restrições nas fronteiras que restringiram a oferta de mão-de-obra. A inflação dos preços dos alimentos disparou em vários países.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

MOREIRA CUNHA, André; CAPUTI LÉLIS, Marcos Tadeu; LINCK, Priscila. Flutuações no nível de atividade e os ciclos de preços de commodities: evidências para o Brasil. Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política, v. 41, n. 3, 2021.

MOTA, José Aroudo. Impacto da Covid-19 nas exportações das principais commodities brasileiras. 2021.

SILVA, Hudson Pacífico da; LIMA, Luciana Dias de. Política, economia e saúde: lições da COVID-19. 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. PANDEMIA DA COVID-19: mediação para entender a espiral economia-saúde. Caderno CRH, v. 34, 2021.